

CONTRATO Nº 04/2022/MPCM/PA

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS
QUE, ENTRE SI CELEBRAM, O MINISTÉRIO
PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ-
MPCM/PA E A EMPRESA DINASTIA VIAGENS
E TURISMO LTDA-EPP.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ-MPCM/PA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.018.916/0001-92, estabelecido nesta cidade, na Trav. Magno de Araújo, nº 424, Telégrafo - CEP: 66.113-055, neste ato representado pela Procuradora-Geral em exercício, Dra. **MARIA REGINA FRANCO CUNHA**, CPF nº 063.375.972-49, adiante denominado simplesmente como **CONTRATANTE**, e a empresa **DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA-EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 15.741.481/0001-63, com sede nesta cidade, na Trav. D. Romulado de Seixas, nº 921, Umarizal, CEP: 66.050-110, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **LEANDRO ROSSY DE CARVALHO**, CPF/MF nº 661.593.772-72, celebram este **CONTRATO nº 04/2022**, decorrente de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01 Pregão SRP nº 12/2021-Ministério da Defesa 7ª Região Militar oriundo do Pregão Eletrônico nº 12/2021, em observância às disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892/2013 e outras normas vigentes correlatas, mediante as cláusulas e condições seguintes que reciprocamente se outorgam e obrigam a cumprir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de aquisição, agendamento, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, que faz parte deste como se aqui estivesse fielmente transcrito.
- 1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

blu

1.3. Objeto da contratação:

Órgão Gerenciador: Cmdo 7ª RM							
Grupo	Item	Descrição/Especificação	Unid	Catser	Qtd	VI Unt.	VI Total
01	01	Prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão, a remarcação e o cancelamento de passagens aéreas nacionais.	Taxa	25828	50	R\$ 0,0001	R\$0,0050
	02	Aquisição de passagem aérea nacional.	Sv	25828	110.000	R\$ 1,00	R\$110.000,00
Valor Total Estimado							R\$110.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, a contar de 22 de junho de 2022, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor estimado da contratação é de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), de acordo com os valores descritos nos itens 01 e 02 do Grupo 01 discriminados na tabela acima.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução da prestação de serviços de aquisição, agendamento, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação orçamentária alocada no MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS/CONTRATANTE, com a seguinte classificação funcional: 01.128.1495.8767.339033.11 e fonte 0101.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 A remuneração total a ser paga à agência de turismo CONTRATADA será apurada a partir do valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas, remarçadas ou canceladas e serviços correlatos.

5.2 Os valores relativos à aquisição de bilhetes de passagens serão repassados pelo CONTRATANTE à

agência de turismo Contratada, que intermediará o pagamento junto às companhias aéreas que emitirem os bilhetes.

5.3 Os valores referidos no item acima não serão considerados parte da remuneração pelos serviços prestados de agenciamento de turismo.

5.4 O pagamento se dará mediante Empenho e será efetuado até o dia 10 de cada mês seguinte ao da prestação de serviços, por meio de crédito ou ordem bancária em conta corrente, desde que a Contratada apresente a respectiva nota fiscal para atesto com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/ fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

5.6 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

5.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento;

5.8 O CONTRATANTE se obriga a pagar exclusivamente pelo objeto deste contrato, até o limite fixado, não incorrendo em qualquer pagamento a não utilização plena do objeto contratado.

5.9 Sem qualquer ônus para a Contratante, ou incidência em mora, não será efetuado qualquer pagamento à Contratada, decorrentes do contrato:

I - ANTES:

- a) da apresentação e da aceitação do documento de cobrança;
- b) de atestada pelo órgão requisitante a conformidade dos equipamentos fornecidos;
- c) da liquidação prevista na Lei 4.320/64, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666/93.

II - ENQUANTO HOUVER PENDÊNCIA RELATIVA:

- a) à liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) à apresentação de documentação exigida em disposição do ato convocatório, legal ou regulamentar;
- c) à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e social.

5.10 Constatando-se, situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por

escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

5.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso pela máxima autoridade CONTRATANTE.

5.14 À Contratada caberá sanar as falhas apontadas, submetendo a nova verificação, após o que a fiscalização procederá na forma estabelecida no Termo de Referência parte integrante deste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, a fiscalização deste contrato será executada pela servidora Janaína Neves, como fiscal titular, pela servidora Carla Campos, como fiscal substituta.

8.2 Os serviços prestados estarão sujeitos à aceitação pela FISCALIZAÇÃO, a quem caberá o direito de recusa caso os mesmos não sejam executados de acordo com a solicitação do CONTRATANTE.

8.3 Em caso de ausência do fiscal do Contrato, por motivo de férias, licenças ou outros afastamentos, o fiscal substituto ficará responsável pela fiscalização do Contrato, devendo tomar conhecimento de todo o andamento relacionado a execução deste Contrato.

8.4 No caso de necessidade de substituição dos fiscais durante a vigência do Contrato, a designação de substituição será feita por Portaria, a ser publicada na Imprensa Oficial e juntada aos autos.

8.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por danos causados diretamente ao MPCM/PA ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na

LEANDRO ROSSY DE CARVALHO:66159377272
Assinado de forma digital por LEANDRO ROSSY DE CARVALHO:66159377272

execução deste objeto, nos termos do art. 70, da Lei nº 8.666/93.

8.6 Caberá à fiscalização exigir o cumprir das condições estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital - Pregão Eletrônico nº 12/2021-Ministério de Defesa -7ª Região Militar.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital – Pregão Eletrônico nº 12/2021-Ministério de Defesa-7ª Região Militar.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital – Pregão Eletrônico nº 12/2021-Ministério de Defesa -7ª Região Militar.

12.2 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital–Pregão Eletrônico nº 12/2021-Ministério de Defesa-7ª Região Militar.

12.3 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.5 A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

12.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

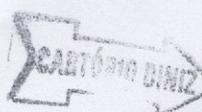
15.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução do presente contrato será o da Comarca de Belém-Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, este contrato é lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Belém/PA, 22 de junho de 2022.



Leandro Rossy de Carvalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ
CPNJ nº 05.018.916/0001-92

Assinado de forma digital por
LEANDRO ROSSY DE
CARVALHO:66159377272
Dados: 2022.06.22 17:43:47 -03'00'

DINASTIA VIAGENS E TURISMO LTDA
CPNJ nº 15.741.481/0001-63

Testemunhas:

1. *Antônio Augusto Alves*
CPF 429.445.202-10

2. *Romayena Geiz Rubeiro*
CPF 410.012.492-91

